Diplomacia em tempos de ruptura: Alberto da Costa e Silva e a Revolução dos Cravos (1974)

Diplomacy in Times of Rupture: Alberto da Costa e Silva and the Carnation Revolution (1974)

Rodrigo Fernandes Vicente

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), doutorando do Programa de Pós-graduação em História, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), Guarulhos, SP, Brasil.
r.vicente@unifesp.br
https://orcid.org/0000-0002-7798-6520

Resumo: O presente texto analisa e transcreve a carta de Alberto da Costa e Silva a Mario Gibson Barboza, escrita em 4 de maio de 1974, poucos dias após a Revolução dos Cravos em Portugal. A correspondência, longe de um documento oficial, combina relato testemunhal e reflexão diplomática, oferecendo um panorama privilegiado da queda do regime de Marcelo Caetano e de seus possíveis desdobramentos para a política ultramarina portuguesa e para a posição do Brasil diante da descolonização africana. Ao descrever a atmosfera em Lisboa e projetar os desafios do general António de Spínola, Costa e Silva evidencia tanto a fragilidade do salazarismo derrotado quanto a incerteza do processo de transição, apontando para a centralidade da questão colonial africana na legitimação do novo governo. A análise desse documento permite compreender a atuação de diplomatas brasileiros como observadores diretos de conjunturas críticas, bem como ilumina o papel do Itamaraty, durante a ditadura militar, na formulação de uma política africana que transitava entre pragmatismo e solidariedade estratégica.
Palavras-chave: Diplomacia brasileira; Revolução dos Cravos; Descolonização africana.

Abstract: This text analyzes and transcribes Alberto da Costa e Silva's letter to Mario Gibson Barboza, written on May 4, 1974, a few days after the Carnation Revolution in Portugal. The letter, far from being an official document, combines testimonial testimony and diplomatic reflection, offering a privileged overview of the fall of Marcelo Caetano's regime and its potential consequences for Portuguese overseas policy and Brazil's stance on African decolonization. By describing the atmosphere in Lisbon and projecting the challenges facing General António de Spínola, Costa e Silva highlights both the fragility of the defeated Salazar regime and the uncertainty of the transition process, highlighting the centrality of the African colonial question in legitimizing the new government. Analysis of this document allows us to understand the role of Brazilian diplomats as direct observers of critical junctures, as well as illuminating the role of the Ministry of Foreign Affairs (Itamaraty) during the military dictatorship in formulating an African policy that shifted between pragmatism and strategic solidarity.
Keywords: Brazilian diplomacy; Carnation Revolution; African decolonization.

Alberto da Costa e Silva, diplomata e célebre historiador africanista brasileiro, é mais conhecido — com razão — pelo primor da sua obra historiográfica, que tem como principais títulos *A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses* (1992) e *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (2002). Nesses textos, o autor faz uma narrativa da história africana que se estende desde os primeiros hominídeos que vagaram pela estepe até meados do século XVIII, já com a expansão e colonização portuguesa na costa africana.

No entanto, pouco se é falado da atuação diplomática de Costa e Silva. Logo após formar-se no curso de diplomatas do Instituto Rio Branco, partiu com Francisco Negrão de Lima (ex-ministro das Relações Exteriores de Juscelino Kubitschek), em dezembro de 1959, para ser seu secretário em Lisboa — no auge da ditadura de António Salazar e às vésperas de estourar as guerras nas chamadas "províncias ultramarinas" de Portugal na África. De sua atuação diplomática, temos poucas pistas, e grande parte do material disponível é de publicação do próprio autor: em *Invenção do desenho*[1], livro de memórias em que Costa e Silva narra sua formação intelectual e o início de sua carreira diplomática, no tocante à situação na embaixada brasileira em Lisboa no início dos anos 1960, o autor afirma:

[1] Alberto da Costa e Silva. *Invenção do desenho: ficções da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

> Desde o primeiro dia de trabalho, sentira o ambiente pesado na embaixada. Tínhamos os telefones censurados, nossos passos eram seguidos nas ruas e havia mais do que suspeita de que houvesse funcionários informantes da polícia. Falava-se, por isso, com cuidado e em voz baixa. Os diplomatas que haviam servido com Álvaro Lins [antigo embaixador brasileiro em Lisboa] e a ele sido fiéis eram maltratados pelas autoridades e estavam sendo substituídos, tão logo cumpriram o prazo de dois anos[2].

Em seus relatos, Costa e Silva nos mostra o clima asfixiante que os agentes de Salazar impunham sobre o corpo diplomático brasileiro — mesmo com o Brasil no momento não mostrando nenhum risco a Portugal; muito pelo contrário, foram inúmeras as vezes em que o Brasil se isolou nas Nações Unidas ao se negar a votar contra Portugal e suas políticas de repressão à luta anticolonial em Angola, Guiné e Moçambique.

Em 1960, Costa e Silva integrou a comitiva do presidente Juscelino Kubitschek durante uma visita de Estado a Lisboa. Apesar de o presidente — segundo Costa e Silva — compreender o sentimento anticolonialista majoritário na população brasileira, Kubitschek argumentava que qualquer ação mais enfática contra o colonialismo português seria vista como traição pela significativa comunidade lusitana no Brasil e pela opinião pública, causando danos políticos irreparáveis. Segundo JK, "em quase toda capital brasileira, toda família tem o seu português". Salazar, por sua vez, recusou diplomaticamente a proposta brasileira de maior coordenação política entre os dois países, alegando que Portugal não queria se envolver nos contenciosos do Brasil[3].

Apesar de constantemente saudar e elogiar o seu tempo de estadia em Portugal, Costa e Silva sempre demonstrou uma ojeriza a Salazar, condenando enfaticamente a ditadura portuguesa. No entanto, passados três anos, Costa e Silva saiu de Lisboa e passou por embaixadas em Caracas e em Washington — não como embaixador, mas como funcionário de segundo escalão. Até que, em 1970, em plena ditadura militar, assumiu o cargo de "Oficial de Gabinete e Assessor de Coordenação do Ministro das Relações

[2] *Idem*, p. 178.
[3] *Idem*, p. 185.

Exteriores", Mario Gibson Barboza, nomeado por Emílio Garrastazu Médici e titular da pasta entre 1969 e 1974.

Não longe de contradições, Costa e Silva e Gibson Barboza serviram em um Itamaraty durante a ditadura militar e mantiveram uma ligação muito profícua. Ambos olhavam para a África com bastante interesse — região que Gibson Barboza chamava de "nossa fronteira leste" —, tendo Costa e Silva desempenhado um papel ativo na construção da política externa do então ministro para África[4]. Foi justamente no ministério de Gibson Barboza que o Brasil abandonou em definitivo o apoio às ações portuguesas na África e, na primeira oportunidade, reconheceu as novas nações lusófonas surgidas no continente africano com bastante interesse[5].

Gibson Barboza foi, de longe, um dos nomes mais influentes na concepção de uma nova política externa brasileira para o continente africano frente às disputas entre EUA e URSS e aos seus respectivos interesses na África. Segundo Pinheiro, durante a ditadura militar (1964–1985), a política externa brasileira passou por fases distintas: inicialmente, no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, houve um alinhamento automático aos Estados Unidos, marcado pela lógica da Guerra Fria e pelo combate ao comunismo; em seguida, nos governos de Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, embora se mantivesse a proximidade com Washington, o Brasil passou a adotar posições mais autônomas no eixo Norte-Sul, defendendo os interesses dos países em desenvolvimento; por fim, essa inflexão se aprofundou no governo Ernesto Geisel, com o chamado "pragmatismo responsável", que diversificou parcerias, aproximou o país do Terceiro Mundo e reconheceu novos Estados africanos (incluindo as ex-colônias portuguesas).

É nesse contexto de pragmatismo que, embora a independência dos novos países lusófonos da África tenha sido protagonizada por organizações de inspiração marxista-leninista[6], a ditadura brasileira logo as reconheceu. Mais tarde, sob o governo de João Figueiredo, a diplomacia manteve esse viés pragmático: privilegiou a integração

[4] Mario Gibson Barboza. *Na diplomacia, o traço todo da vida.* Brasília: Funag, 2020, p. 377.
[5] Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Editora UnB, 2002, p. 451.
[6] Tais como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Angola; a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique; e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Todos esses movimentos tinham grande relação com a União Soviética e com Cuba, como era o caso do MPLA, que, inclusive, recebeu apoio militar cubano na Guerra Civil que sucedeu à independência em Angola.

latino-americana e a cooperação Sul-Sul, enquanto buscava uma relação menos conflituosa com os Estados Unidos, consolidando a imagem do Brasil como uma potência média em busca de autonomia no cenário internacional[7].

Não à toa, na carta descrita a seguir, Costa e Silva entra com tantos detalhes sobre as então incógnitas de como repercutiria a Revolução dos Cravos no continente africano. A Revolução havia começado no dia 25 de abril de 1974; menos de 20 dias depois, Costa e Silva estava escrevendo para Barboza na condição de testemunha ocular do ocorrido em Lisboa naqueles dias. Como fica claro no texto, Costa e Silva estava na capital portuguesa de passagem, pois logo em seguida, rumou para Madri, onde ocupou por dois anos o cargo de ministro-conselheiro na embaixada da capital espanhola.

Pelo teor da carta amigável e de proximidade entre os correspondentes, ela estava longe de ser um documento oficial. Entre meados dos anos 1970 até a morte do ex-ministro, em 2007, Costa e Silva e Gibson Barboza trocaram uma série de cartas nas quais abordavam todos os temas, inclusive de ordem política. Algumas dessas correspondências, inclusive a que aqui transcrevo, estão depositadas no Arquivo de Alberto da Costa e Silva do Arquivo Múcio Leão, da Academia Brasileira de Letras — instituição da qual o diplomata e africanista era imortal. Por conta do falecimento recente do diplomata-historiador (em 2023), sua documentação pessoal, recentemente doada pela família à instituição, ainda se encontra em fase de tratamento. Datilografada e com algumas correções à mão, a carta tem um teor político de análise estratégica, em que Costa e Silva combina relato de testemunha ocular da revolução com reflexões diplomáticas sobre o impacto da mudança de regime em Portugal, nas colônias africanas e nas relações com o Brasil — sobretudo ao afirmar que a legitimidade do novo governo português dependeria de sua habilidade em resolver a guerra ultramarina, cedendo a independência aos povos africanos em luta contra o colonialismo lusitano.

Digo e repito: a despeito de não ser um documento oficial da chancelaria brasileira, sem dúvida o que é exposto por preocupação e análise de Costa e Silva neste relato nos revela um pouco daquilo que era debatido pelos diplomatas brasileiros nos corredores do Itamaraty nos anos 1970, para além dos documentos e relatórios oficiais.

[7] Letícia Pinheiro. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

A carta de Alberto da Costa e Silva a Mario Gibson Barboza é um documento fundamental que captura a percepção diplomática brasileira no imediato pós-Revolução dos Cravos. Ela evidencia a transição do Itamaraty do alinhamento com Portugal para um pragmatismo focado no reconhecimento das futuras nações africanas. Costa e Silva identifica com clareza a questão colonial como central para a legitimidade do novo governo português, antecipando o fim do império colonial lusitano. Mais que um relato pessoal, a carta revela o papel estratégico dos diplomatas como analistas de conjuntura, cujos *insights* informavam a política externa brasileira em um momento de virada histórica, marcando o início de uma nova abordagem em relação ao continente africano.

Referências

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida.* Brasília: Funag, 2020.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Editora UnB, 2002.

PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Invenção do desenho: ficções da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Recebido em 24 de agosto de 2025.
Aprovado em 28 de julho de 2026.

Transcrição da carta de Alberto da Costa e Silva a Mario Gibson Barboza de 4 de maio de 1974

Arquivo Múcio Leão (ABL) - Arquivo Alberto da Costa e Silva, Correspondência Pessoal - Gibson, Mário. 04 maio 1974.[8]

[fl. 1]

COPIA.

A Mario Gibson Barboza [à mão].

Madri, em 4 de maio de 1974.

Os deuses são caprichosos. Mas, confesso-lhe, naquela noite em que nos despedimos, no aeroporto, jamais poderia imaginar que nossa conversa sobre a situação política portuguesa iria ter continuidade imediata, no plano do real, tão logo desembarquei em Lisboa.

O que me disse sobre o seu almoço com o Fragoso foi posto a teste logo nas primeiras conversas com meus amigos Lisboetas. A atmosfera portuguesa estava tensa - e as afirmativas de Fragoso sobre o movimento de capitães e o levante de Caldas da Rainha eram bem semelhantes às que ouvi de pessoas ligadas à Situação. Os opositores de Salazar e Caetano estavam tão marcados por cinquenta anos de cochichos que também [me] vieram com pretas - para usar um termo lusitano. Chegaram a dizer-me que o movimento de Caldas havia sido monta-

[fl. 2]

COPIA.

do pelo Governo de Caetano, para provar internacionalmente que esse dispunha do apoio das Forças Armadas e que os dissidentes eram um punhado inexpressivo. Podia-se sentir, no entanto, que não era assim.

[8] Devido à recente transferência do acervo pessoal de Alberto da Costa e Silva para o Arquivo Múcio Leão, da Academia Brasileira de Letras, a documentação ainda está em fase de tratamento arquivístico; por esse motivo, a carta aqui transcrita ainda não dispõe de uma notação de localização definitiva.

Tive algumas conversas bastante lúcidas, uma delas com o nosso Sá Machado, que me traçou um quadro muito preciso da crise e vaticinou o seu desfecho.

Isso no dia 23. Dois dias depois, eu era despertado, às 8:30 da manhã, pelo Leite Ribeiro, com a notícia da Revolução. Vesti-me, fui até à Embaixada e, depois, juntos, Leite Ribeiro, Sampaio e eu saímos para ver o que se passava.

O Governo de Marcelo - pelo que vimos com os nossos olhos - foi tomado inteiramente de surpresa. Os revoltosos deslocaram muito pouca tropa para dentro de Lisboa, assumiram o controle dos pontos altos da cidade, das vias de acesso, do Terreiro do Paço, dos pontos de estrangulamento do tráfego e dos meios de comunicação. Foi realmente uma revolução "à portuguesa": encontramos o prédio do Estado Maior da Armada, por exemplo, sem uma só sentinela e com as portas fechadas à chave. Os insurretos foram lá, dominaram a guarda, trancaram os portões e saíram a cuidar

[fl. 3]

COPIA.

de outras coisas. O mesmo se verificava em outros edifícios públicos, cujas portas tinham sido fechadas pela tropa. No Ministério do Exterior, o tradicional guarda republicano em uniforme de gala, atônito, continuava em seu posto. No Ministério das Informações, um contínuo à porta perguntava aos transeuntes o que se passava. Guardas de trânsito controlavam os sinais. Tropas governistas trafegavam em caminhões que não chegavam a seu destino. Os Ministros surpresos fugiam de ônibus. O nosso Rui Patrício era preso, segundo consta num "cabarret" de má fama (no dia 28, já estava em casa, conforme me disse um de seus auxiliares diretos, que encontrei num restaurante).

Em poucos lugares havia realmente demonstrações de força dos revoltosos. No Chiado, os tanques cercavam o comando da PIDE/DGS, de onde, como se temia, saíram os tiros que provocaram as mortes do levante. No Carmo, as tropas envolviam o quartel onde se homiziava Marcelo Caetano. O mesmo ocorria em frente ao Lanceiros-2, onde estavam outras personalidades do Governo.

Andamos os três pela cidade, sem ser incomodados por ninguém. E vimos, desde as 10 horas do dia 25, se-

[fl. 4]

COPIA.

nhoras de meia idade a entregarem as primeiras flores aos soldados. Daí por diante eles teriam sempre os canos das metralhadoras e dos fuzis como se fossem esguios jarros de flores. Na tarde do dia 25, a resistência do Governo não mais existia. Os cinco mortos em frente à PIDE foram devidos ao medo dos agentes secretos de serem linchados pela multidão que se acotovelava diante do edifício. A situação estava dominada.

O que se seguiu foi realmente apoteótico. As pessoas não saíam mais das ruas e as manifestações do 1º de Maio representaram o desabafo final de um modo de respirar novo, que vinha crescendo em Lisboa e no Porto. Os portugueses, na rua, tinham, agora, um olhar inteligente. Haviam mudado de expressão facial de um dia para outro.

Percorri as manifestações do 1º de Maio de ponta à ponta. Não assisti a um só ato hostil, a uma só discussão. Não vi nada que não fossem abraços e manifestações de alegria. Só se verificava tratar-se de uma festa política pelos cartazes contra o antigo regime e pelo comparecimento arregimentado do Partido Comunista e do partido maoísta.

Já antes do 1º de Maio, as pessoas mais responsáveis começavam a por algumas perguntas sobre o futuro do Mo-

[fl. 5]

COPIA.

vimento. A atmosfera era de esperançosa inquietação, não sem temores pelos tumultos que minorias de estudantes irresponsáveis, do partido maoísta, pudessem gerar, como geraram.

Começavam os democratas a se organizar, mas na melhor tradição divisionista de um país composto, como dizia o Marques Rebelo, "de oito milhões de pessoas que não se dão entre si". Pelo que sei, o espectro político já começa a contar com o Partido Socialista, [dois] Partido[s] Democrático[s], o Partido Comunista, o Movimento para a Renovação do Partido do Proletariado (maoísta), o

Partido Democrata-Cristão e a Convergência Monárquica, aos quais se acrescentará naturalmente uma nova agremiação salazarista.

Convém não ocultar o que passou despercebido, no entusiasmo, aos jornalistas e observadores estrangeiros, e até mesmo aos portugueses: o grande número de janelas fechadas, durante as comemorações do 1º de Maio. Algumas delas corresponderiam a famílias que estavam nas ruas, festejando, mas a maioria certamente a pessoas que discordavam do Movimento das Forças Armadas. Contrastavam as janelas fechadas com aquelas onde se viam colchas dependuradas, bandeiras e flores, ou que estavam cheias de gente. Penso, pessoalmente, que o sa-

[fl. 6]

COPIA.

lazarismo continua a ser uma força política em Portugal [e que] se vai tornar mais coesa em virtude da derrota sofrida. O futuro dessa força dependerá da capacidade dos anti-salazaristas de formarem uma frente comum.

Quanto ao futuro do General Spínola e do movimento que inspirou, acredito que não vai depender [apenas] do processo liberalizador, à 1945, que puser em marcha em Portugal, mas [sabendo] de sua capacidade de resolver o problema ultramarino. Creio que ele sabe que as Forças Armadas não estão monoliticamente a seu lado. O êxito da tomada de Lisboa em 25 de abril provocou, como é natural num movimento armado incruento, adesões pouco convencidas. Basta dizer que a Força Aérea só se juntou aos revoltosos quando estava assegurada a vitória e que muitos quartéis do Exército só se manifestaram a posteriori. As possibilidades de um contra-golpe não devem ser de todo descartadas, caso o novo governo não assuma a plenitude do controle da ordem interna e não acelere o processo de solução política da guerra no Ultramar.

Atrevo-me a propor-lhe, como hipótese, que o General Spínola, após declarações sobre a integridade da Nação portuguesa, destinadas a aquietar os colonos e as tropas de Angola e Moçambique, buscará entender-se com os movimen-

[fl. 7]

COPIA.

tos insurrecionais africanos, nas seguintes bases: 1) anistia para os insurretos; 2) permissão para que formem partidos políticos em Angola [, Guiné,] e Moçambique, em cujos programas se inscreva a obtenção da independência; 3) trégua na luta armada e transferência do debate para o plano eleitoral, assegurando-se, em princípio, o voto universal, talvez condicionado por certas exigências de capacidade individual. Dessa forma, Spínola conseguiria seu objetivo essencial - o de terminar a guerra - e encaminharia a solução do problema para as urnas, com o que se livraria da pecha de haver liquidado o Império português.

Não sei como reagirão os africanos, pois haverá de distinguir entre a reação ostensiva, que terá de ser, num primeiro momento, contrária a qualquer projeto que não pre[s]suponha a concessão da independência total, e a verdadeira, que poderá ser mais aberta e conciliatória, mesmo porque esses movimentos poderiam arriscar-se a perder popularidade na Europa, caso se recusassem a um livre embate político-eleitoral.

No dia 28, jantei, no Círculo Literário, com Joaquim Pinto de Andrade, irmão do inspirador e fundador do Movimento Popular pela Libertação de Angola, Mário Pinto de Andrade. Joaquim Pinto de Andrade é um padre defroquê e foi

[fl. 8]

COPIA.

Monsenhor e Vigário-Geral da Diocese de Luanda, de onde foi trazido, preso, para Lisboa, há uns 12 anos, quando ainda era sacerdote. Ficou na penitenciária do Peniche até há alguns meses, quando regressou a Luanda, em liberdade vigiada. Fora sintomaticamente convocado a Lisboa, para participar de um programa de televisão. Consta que Joaquim Pinto de Andrade pertence ao MPLA. Mostrou-se muito discreto e desconfiado na conversa que teve comigo. Falou longamente sobre a viagem que o Senhor fez ao Continente africano e sobre o interesse com que os angolanos acompanharam o reinício efetivo de uma política brasileira na África.

Perguntei-lhe como veria um pedido português de pausa na luta armada, para conversações sobre o problema ultramarino. Não me respondeu. Como insistisse, fugiu novamente à resposta, dizendo-me apenas considerar natural que Spínola procurasse

negociar com os africanos de uma posição de força - que lhe era dada pela presença de grandes contingentes militares portugueses no Ultramar e que seria reforçada politicamente pela abertura democrática na Metrópole. Esbocei o pensamento que acima lhe transmiti sobre uma possível estratégia política de Spínola. Joaquim Pinto de Andrade ouviu-me calado e comentou apenas com a seguinte frase: - Podem abrir-se ago-

[fl. 9]

COPIA.

ra muitas possibilidades…

Compreendendo, diante da discreção [sic] e da guarda que mantinha meu interlocutor, que não deveria insistir sem ser inconveniente ou grosseiro, mudei a conversa para temas gerais. Joaquim Pinto de Andrade estava interessado sobretudo, por ter chegado no dia anterior de Luanda, em conhecer os pormenores do movimento militar. Em dado momento, deixou escapar a seguinte frase: - As coisas ainda não estão claras. Por isso mesmo, creio que as estruturas políticas na clandestinidade não devem ser desmontadas, nem seus integrantes se revelarem à plena luz.

Durante toda a conversa, demonstrou enorme interesse e apreço pelo Brasil, "país colonizado - disse - em grande parte por angolanos".

O pronto reconhecimento do novo governo pelo Brasil foi muito bem recebido. Pelo que tenho lido do General Spínola, é ele um tanto ou quanto indiferente ao Brasil - ou, pelo menos, o Brasil não entra prioritariamente nos seus esquemas de pensamento político.

No novo momento português, contamos, porém, com um amigo de grande prestígio, que já tem sido falado para Presidente ou Primeiro Ministro, o Professor Rui Luiz Gomes, a

[fl. 10]

COPIA.

quem o Senhor conheceu no Recife, quando foi paraninfo (o Professor Gomes, por muitos anos asilado em Pernambuco e professor de matemática em sua Universidade, era o padrinho dos físicos). É um homem de grande inteligência, saber e dignidade, mas não creio em

seu futuro político. Será certamente ouvido, e muito, mas não acredito que tenha vocação de mando. O líder do Partido Socialista, Mário Soares, que tem andado [agora] a cumprir missões diplomáticas ou para-diplomáticas pela Europa, está também ligado ao Brasil. Durante seu exílio, foi várias vezes ao nosso país, sendo ali sempre bem recebido.

Só com o tempo, e quando se definir o novo Ministério, é que poderemos fazer juízo sobre o pensamento dos novos governantes portugueses com relação ao Brasil. Por enquanto, o atual interventor no Ministério das Finanças, Vasco Vieira d'Almeida, principal acionista do Banco de Crédito Predial, é muito ligado ao Walter Moreira Salles, e o seu homem de confiança no Banco, Francisco Veloso, foi meu asilado na Embaixada em Lisboa, após o levante de Beja, em 1962. Veloso tem muita gratidão ao Brasil, mas politicamente nos teme, estando convencido, como me disse sem rebuço[s,] de nossa vocação imperialista. Esteve no Brasil há uns quatro anos e daí voltou com a impressão de que somos uma Nação violenta e por natureza ex-

[fl. 11]

COPIA.

pansionista.

Em todo esse quadro, não há dúvida de que exercerão um papel pró-brasileiro as personalidades portuguesas que abrigamos e acarinhamos, durante longos anos de exílio. É provável, no entanto, que Portugal se concentre, nos próximos anos, na busca de um destino europeu, principalmente se se resolver fora dos quadros de uma comunidade o problema africano. Arrisco-me mesmo a julgar que os homens que governarão Portugal terão os olhos voltados para a França e para o julgamento que, através da França, façam deles os europeus.

Esta carta já vai longa e nela não disse tudo o que pretendia. Creio que aí ficou o essencial.

Quanto a nós, aqui estamos em Madri, a enfrentar os primeiros problemas da instalação. Bem. A estada em Lisboa descansou-me, embora tenha, durante a crise, dado minha cooperação à Embaixada. Não deixo, porém, de ter saudades do nosso velho ritmo de trabalho e do que nele havia de altamente criador.

Estamos aqui às suas ordens. Mas [sic] do que isso: tem o Senhor aqui a nossa constante amizade e gratidão.